



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 11, v. 1 mai. -out. 2019

p. 431-453.

Precariedades em alianças, deslocamentos e diálogos: possíveis contribuições de Bakhtin e Pêcheux (com Butler) para os estudos de gênero e sexualidades¹

Jacob dos Santos Biziak²

RESUMO: São muito polemizadas as possíveis relações que possam ser traçadas entre as abordagens teóricas de Bakhtin e Pêcheux. Sabendo disso, este trabalho propõe um olhar sobre os estudos de gênero não por meio de uma perspectiva do conteúdo, mas da análise do discurso, buscando um gesto de leitura que permita vislumbrar as precariedades de existência de masculinidades, feminilidades, transexualidades etc. Sendo esse nosso desejo inicial, buscamos contribuir com uma reflexão que tenta estabelecer como cada um dos pensadores, dentro de suas bases epistemológicas e de entendimento sobre o que é o sujeito e o discurso, pode contribuir com os estudos de gênero. Assim, buscamos, em primeiro lugar, reconhecer a especificidade de cada pensamento para, em seguida, verificar possibilidades de rupturas, alianças e diálogos entre dois entendimentos sobre os processos de significação que ocorrem na língua. Dessa forma, desejamos contribuir com o início de uma reflexão teórica mais detida sobre possibilidades de olhar sobre os gêneros como acontecimentos vivos da e na língua, percebida em um horizonte histórico, ideológico e de disputas pelo sentido.

PALAVRAS-CHAVE: gêneros; Bakhtin; Pêcheux; discurso.

Abstract: The possible relations that can be traced between the theoretical approaches of Bakhtin and Pêcheux are very controversial. Knowing this, this paper proposes a look at the studies of genders not through a perspective of the content, but of the analysis of the discourse, seeking a reading gesture that allows to glimpse the precariousness of the existence of masculinities, femininities, transexualities etc. Being this our initial aim, we seek to contribute with a reflection that tries to establish how each of the thinkers, within their epistemological bases and of understanding about what is the subject and the discourse, can contribute with the studies of gender. Thus, we seek, first of all, to recognize the specificity of each thought and then to verify possibilities of ruptures, alliances and dialogues between two understandings about the processes of signification that occur in the language. In this way, we wish to contribute with the beginning of a more focused theoretical reflection about possibilities of looking at sexual genders as living events in and in the language, perceived in a historical, ideological horizon and disputes over meaning.

Keywords: sexual genders; Bakhtin; Pêcheux; discourse.

¹ Trabalho originalmente apresentado, com algumas mudanças expressivas, no Simpósio *Gênero(s), discurso(s) e sujeito: entre evidências e silenciamentos* no Evento Seminários Congressos Integrados (SCSSREDE), acima nominado, a ser realizado de 22 a 24 de novembro de 2017, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Cascavel, Paraná.

² Possui graduação em Letras (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara (2006), mestrado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara (2009) e doutorado pela mesma instituição. Atualmente, é professor do Instituto Federal do Paraná, *campus* Palmas. E-mail: jacob.biziak@ifpr.edu.br

Recebido em 13/08/18

Aceito em 10/05/19



PERIÓDICUS

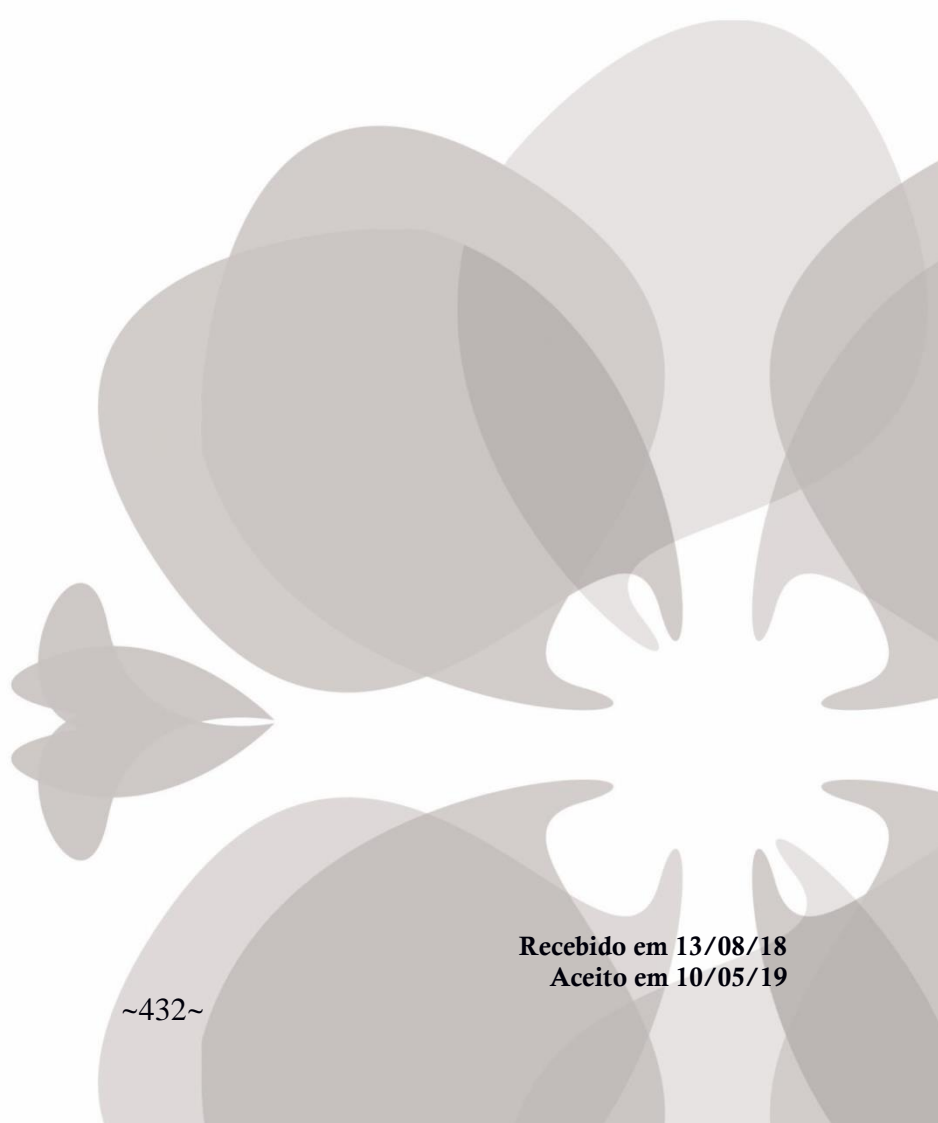
ISSN: 2358-0844

n. II, v. I mai. -out. 2019

p. 431-453.

Resumen: Son muy polemizadas las posibles relaciones que puedan ser trazadas entre los enfoques teóricos de Bakhtin y Pêcheux. Sabiendo esto, este trabajo propone una mirada hacia los estudios de géneros no por medio de una perspectiva del contenido, sino del análisis del discurso, buscando un gesto de lectura que permita vislumbrar las precariedades de existencia de masculinidades, feminidades, transexualidades, etc. Siendo esse nuestro deseo inicial, buscamos contribuir con una reflexión que intenta establecer como cada uno de los pensadores, dentro de sus bases epistemológicas y de entendimiento sobre lo que es el sujeto y el discurso, puede contribuir con los estudios de género. Así, buscamos, en primer lugar, reconocer la especificidad de cada pensamiento para, a continuación, verificar posibilidades de rupturas, alianzas y diálogos entre dos entendimientos sobre los procesos de significación que ocurren en la lengua. De esta forma, deseamos contribuir con el inicio de una reflexión teórica más detenida sobre posibilidades de mirar hacia los géneros como acontecimientos vivos de la y en la lengua, percibida em un horizonte histórico, ideológico y de disputas por el sentido.

Palabras clave: géneros; Bajtín; Pêcheux; discurso.



Recebido em 13/08/18
Aceito em 10/05/19

Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível, ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos. E já foi dito que não interessa tanto o objeto, apenas pretexto, mas antes a paixão, – e eu acrescento que não interessa tanto a paixão, apenas pretexto, mas antes o seu exercício. [...] Mas não deixa a paixão de ser a força e o exercício o seu sentido. (BARRENO e demais autores, 1978, p. 97)

Para início de nossas reflexões, trazemos uma epígrafe retirada de uma obra marcante no panorama da literatura portuguesa contemporânea, não só pelo aspecto temático – o feminino – mas na forma de fazer a linguagem e a obra de arte funcionarem de maneira a causar uma disseminação de rupturas nas (im)possibilidades de se dizer os gêneros. *Novas cartas portuguesas* (1978) ajuda a dar legibilidade às contradições existentes nos usos da língua, tendo em vista o momento de sua publicação – a ditadura salazarista em Portugal, quando as autoras foram, inclusive, julgadas pelo teor “escandaloso” da obra – bem como as condições de linguagem em que as fazem acontecer. Além da recuperação de uma memória sobre o gênero carta e do arquivo da literatura portuguesa – expressa no diálogo com *Cartas portuguesas*, de Mariana Alcoforado –, outras questões nos chamam atenção, como o hibridismo da obra, o qual, por exemplo, rompe com concepções tradicionais sobre autoria, dado que reúne três nomes como responsáveis por todo o processo de textualização, sem estabelecer limites claros e estáveis entre suas participações no mesmo.

Assim, tal “exercício de paixão” é retomado por nós, aqui, para começarmos a problematizar os gêneros (sociais) e sexualidades a partir de suas (i)limitações na/pela linguagem. Assim, menos que a definição do objeto em si, interessa-nos os possíveis funcionamentos que podem ser aplicados a eles como dispositivos de leitura, buscando romper com uma prática autoritária e monológica de apropriação de sentidos. Estes, ao contrário, são selvagens e primam pelo perpétuo movimento, ainda que ele fuja à percepção dos sujeitos envolvidos.

Judith Butler acabou tendo seu cânone estabelecido, na recepção brasileira de sua obra, a partir de *Problemas de gênero* (2010). No entanto, sua produção crítica das reflexões em torno do gênero desdobrou-se em direção a outros horizontes da existência; mas, ao nosso ver, sempre tendo como eixo norteador a relação dos viventes com a linguagem. Sendo assim, operando a partir de um entendimento, a performatividade (Safatle, 2015), Butler, em obras como *Quadros de guerra* (2015a) e *Relatar a si mesmo* (2015b), constrói posicionamentos a respeito das possíveis relações entre ética e linguagem, pensando em como esta atua nos processos identitários dos sujeitos – sempre interpelados e desconhecedores de sua origem perdida – e na violência sofrida por eles mediante, por exemplo, a inscrição do signo da abjeção em suas vidas e corpos.

Sendo assim, para este trabalho, especialmente, interessam-nos algumas proposições da filósofa



em *Quadros de guerra* (2015a), principalmente quando ela se refere à vida que é digna de luto. Neste livro, a autora propõe uma inversão na ordem estabelecida pelo pensamento dominante: não seria a vida que dá valor à morte, mas o contrário. Ou seja, só são dignas do luto aquelas vidas que são de fato reconhecidas como vivíveis e não como abjetas. Se algumas vidas não são reconhecidas, abre-se caminho a uma série de violências, tanto físicas quanto simbólicas, as quais operam na linguagem. Dessa forma, em *Relatar a si mesmo* (2015b), Butler coloca que, desde sempre, todo vivente já sofre uma violência inaugural, ou seja, da qual não é possível escapar, uma vez que responsável por fazer o sujeito emergir: a interpelação em uma cena primária. Isso significa que este, o sujeito, nunca pode falar de si em seus próprios termos, mas sempre nos de um outro perdido por ele, já que a ideia de origem há muito se desfez. Portanto, a ação da linguagem funciona como uma espécie de “mal necessário”, já que faz a realidade e o sujeito surgirem, mas sempre em termos não estabelecidos por este, porém recebidos e repetidos diacronicamente, criando efeitos de verdade e veracidade que, no entanto, podem ser, paradoxalmente, subvertidos pela própria linguagem, quando se redimensiona o que venha a ser representação³ e, logo,(re)criação desta para além do estabelecido pela ideologia dominante.

Assim, surge, em Butler (2015a), a ideia de enquadramento, que se aproxima do proposto acima sobre as identidades. Ou seja, além de o sujeito nunca poder relatar a si mesmo em seus termos, já que estes são sempre pertencentes a uma alteridade que não pode ser facilmente localizada, ele só opera reconhecimentos a partir de enquadramentos. Nesse sentido, as práticas de identificação também remetem a termos que são do outro e, em sua maioria, instituídos por um pensamento dominante que circula e é reproduzido socialmente pela repetição que ocorre nos usos da língua. Com isso, outra forma de violência surge: a busca por corresponder a performatividades já acionadas como privilegiadas, corretas ou vivíveis. Os corpos que, de alguma forma, escapam a tais enquadramentos acabam tendo sua condição precária expandida e, logo, sofrem os danos políticos disso:

Referir-se à ‘ontologia’ nesse aspecto não significa reivindicar uma descrição de estruturas fundamentais do ser distintas de toda e qualquer organização social e política. Ao contrário, nenhum desses termos existe fora de sua organização e interpretação políticas. O ‘ser’ do corpo

³ É importante delinear que o conceito de “representação” – como, por exemplo, deixa Luiz Costa Lima (2000) proposto – no imaginário ocidental sofreu profundas transformações. Afirmamos isso, principalmente, quando tomamos a posição que o pós-estruturalismo, comumente, reitera por meio de uma profunda crítica e revisão da prática essencialista de entender “representação” como um funcionamento permeado pela cópia de modelos ideais, certos, centrais, a serem reproduzidos. No entanto, justamente isso acaba sendo reformulado, uma vez que tal procedimento não é mais entendido como atividade isenta de relações de poder e ideológicas, mas que precisa recriar e reforçar, a cada ato de linguagem, as condições que a sustentam para comparecer a ponto de ser vista e lida. Não mais algo óbvio, natural; mas, sim, algo cujas condições de surgimento devem ser entendidas a cada acontecimento.



ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveu historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo –, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis. A concepção mais ou menos existencial da ‘precariedade’ está, assim, ligada à noção mais especificamente política de ‘condição precária’. E é a alocação diferencial da condição precária que, na minha opinião, constitui o ponto de partida tanto para repensar a ontologia corporal quanto para políticas progressistas ou de esquerda, de modo que continuem excedendo e atravessando as categorias de identidade. (BUTLER, 2015a, p. 15-16)

Assim, toda vida caracteriza-se pela precariedade, já que depende de fatores diversos sobre os quais os sujeitos não têm controle. No entanto, tal vulnerabilidade sofre ação política, uma vez que acontece de maneiras diferentes, dependendo de como as existências são ou não reconhecidas. Isso leva Butler (2015a), então, a formular a ideia de “condição precária”, a qual corresponde à ação politicamente induzida que faz com as vidas sofram efeitos diferenciais da precariedade em função dos enquadramentos que determinam quais são enlutáveis.

Toda a reflexão tecida até aqui é importante para nosso objetivo. Concordando com Butler que a construção das condições de legibilidade – “enquadramentos” – sobre os gêneros e sexualidades é uma prática performativa das realidades e que expõe os sujeitos a violências diferentes, buscamos, então, concatenar esses aspectos do pensamento da filósofa com elementos das ideias de Bakhtin e Pêcheux, para que possamos indagar sobre o processo de textualização das diferenças de gênero que se inscrevem na língua. Assim, retomamos Bakhtin e Pêcheux para inquirimos por possibilidades de os gêneros acontecerem na realidade dos sujeitos, a qual não entendemos como pronta ou estável; mas, ao contrário, como constante processo de construção e negociação entre os envolvidos nas tramas da linguagem.

1. Pensando com Bakhtin⁴

São razoavelmente bem conhecidos do público em geral os possíveis problemas a que devemos

⁴ Parte das reflexões deste tópico encontram-se desenvolvidas e postas em exercício de análise no artigo O gênero sexual como cárcere e como liberdade A garota dinamarquesa.



estar atentos ao trabalharmos com elementos teóricos remetidos a Bakhtin, como, por exemplo: a questão das autorias dentro do que ficou consolidado como “Círculo de Bakhtin”; possíveis enfrentamentos a surgirem a partir da tradução dos textos, ainda mais quando comparamos termos atribuídos a Bakhtin—filósofo da linguagem—com outros autores da análise do discurso. Por isso, é importante fazermos dois posicionamentos: primeiro, para nosso intento neste artigo, não serão abordadas problemáticas como as da autoria, já que nos interessam aspectos gerais da teoria atribuída ao Círculo como um todo; segundo, respeitaremos as particularidades epistemológicas do pensamento “bakhtiniano”, pois estamos diante de uma prática de leitura que não pode ser simplesmente confundida com a de autores como Pêcheux por exemplo, sob o aparente mesmo rótulo de “análise do discurso”.

Assim, quando tomamos contato com o conjunto dos textos produzidos pelo Círculo de Bakhtin, é importante ressaltar que a maioria dos conceitos vão sendo desenvolvidos não em um texto ou outro, mas ao longo de toda a produção dos mesmos; inclusive, havendo certas reformulações entre as publicações. É o que nos leva, por exemplo, a pensar conceitos como discurso e enunciado: se tomarmos a obra de Pêcheux como fonte de diálogo e analogia, “discurso” estaria mais próximo à ideia de “textualidade ou processo de textualização”, de construção sintagmática; enquanto isso, enunciado estaria mais próximo da ideia de discurso pêcheuxtiano, “efeito de sentido entre interlocutores”. (PÊCHEUX, 1988a)

A ruptura epistemológica levada a cabo pelo grupo de intelectuais – irônica e comumente designados pela proeminência de Bakhtin – pauta-se por uma busca de estudo da linguagem inserida em contextos reais, concretos, e de natureza diversa, dos mais elevados socialmente aos mais prosaicos, como forma de ataque tanto ao objetivismo abstrato quanto ao subjetivismo idealista⁵ (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2004), de forma a pensar não só como efeitos de realidade são construídos na/pela linguagem, mas também de que maneira circulam e recebem valorização:

A relevância e profundidade dos temas da *ética* e da *estética*, e o exemplo a que se aplicam as considerações aqui feitas, requerem a tomada de praticamente toda a obra de Bakhtin e do Círculo, naturalmente de modo deveras sumário. Falar de ético (associado à razão prática de

⁵ Conforme vemos ao longo de alguns trabalhos (BAKHTIN, 1997; 2003; 2004), a proposta dos pensadores do grupo consiste grandemente em trazer à baila uma perspectiva crítica sobre o funcionamento da língua e da linguagem. Ou seja, fugindo das explicações subjetivistas/psicologizantes ou estruturalistas, a perspectiva filosófica do grupo volta-se a uma recepção neokantiana do marxismo, de forma a fundamentar sua filosofia da linguagem em uma base social que opera a partir de um contato fundante com a alteridade. Toma-se esta não somente como a presença de um outro na comunicação – o receptor por exemplo – mas de forma mais ampla e radical: o outro enquanto um excedente de visão que marca o sujeito para que possa enunciar.



Kant) e de estético (associado ao juízo kantiano), ou de ética e estética, em Bakhtin, é evocar a base de tudo quanto ele – e seu Círculo – desenvolveu ao longo da vida. É evocar, de um lado, a ressignificação que ele propõe dessas categorias e, do outro, sua insistência na integração arquitetônica dessas dimensões do humano ‘na unidade de responsabilidade’ que é a tarefa de cada sujeito humano. [...] é essencialmente a discussão sobre como pode o sujeito humano vir a ‘apreender’ o mundo a partir de seus atos teóricos, cognitivos, práticos, estéticos etc. [...] Essa visão globalizante dos atos humanos é a base de sua filosofia humana do processo: a questão do relacionamento entre o geral e o particular, no âmbito da vida humana social e histórica, constitui o principal foco das teorias do Círculo de Bakhtin, tendo em vista sua centralização no agir concreto como objeto de análise. (SOBRAL, 2014, p. 103-104)

Portanto, aproximando o pensamento desenvolvido pelo grupo com as reflexões de Butler, existe uma tensão vivida pelo sujeito que empreende performatividades sobre a/na realidade: ele se desloca, continuamente, entre o repetível, dado pelo conjunto da memória e da alteridade, e o irrepetível, correspondente não só às tentativas de o sujeito se inscrever na língua, mas, acima de tudo, pelo fato de ele enunciar posicionado no tempo e no espaço – o conceito de cronotopo⁶ – o que significa sofrer ação do histórico e do ideológico em instantes que não se repetem. Nesse movimento intermitente, cabe ao sujeito a responsabilização pelas suas performatividades de enunciados, uma vez que, por mais que ele precise repetir os já-ditos para enunciar, há sempre espaço para a autoria e o posicionamento diante das repetições que permitem a propagação de valores dominantes ou não. Mesmo levando-se em conta as especificidades epistemológicas entre Butler e Bakhtin, não podemos deixar de notar que ambos se aproximam à medida que refletem aspectos éticos e estéticos da linguagem. Em outros termos, o sujeito⁷ só poder empreender performatividades de gêneros (sociais)

⁶ Em outras palavras, somente movido por uma imagem acabada de si – que toma como um outro, um terceiro da enunciação – o sujeito consegue dizer, usando de uma língua cujas regras de funcionamento são sempre já dadas, em um cronotopo – uma situabilidade marcada pelas relações entre tempo histórico e espaço social – não criado por ele também. Logo, a alteridade não é um elemento com que o sujeito trava contato para dizer, mas uma dimensão que lhe constitui, já que “ser eu também é ser um outro”, de forma que isso marca sua percepção da realidade e as possibilidades de a representar, também a um outro. Dessa forma, qualquer sentido não reside em uma estrutura fixa nem na mente de quem fala ou escreve, mas nos movimentos que o sujeito necessariamente deve fazer para que os enunciados – que também não lhe pertencem, já que estão virtualmente na memória discursiva – sejam atualizados em um estilo que não se repetirá, dado que a enunciação acontece inscrita em um cronotopo que não pode ser recuperado. Temos, então, uma língua que funciona operando entre a repetível e o irrepetível, entre o já-dado e o por vir. Dado isso, não podemos nos esquecer de outra instância, a da leitura. Esta percorrerá seu caminho de forma que ele nunca coincidirá com o elaborado pelo autor criador. Dizemos isso porque ela também ocorre em um cronotopo outro, e é, nele, que o enunciador dialogará para tecer significações sobre os enunciados atualizados em um gênero discursivo.

⁷ Cabe aqui fazermos uma observação fundamental: o sujeito em Bakhtin, mediante certa leitura do marxismo, comparece como afetado pelas lutas de classe, que comparecem pelas expressões da ideologia, da “palavra ideológica”, como afirma Bakhtin em mais de uma situação; no entanto, sem qualquer relação com alguma perspectiva do inconsciente. Ou seja, o sujeito em Bakhtin comparece como “insuficiente”, uma vez que sua consciência só é elaborada por meio da interação dialógica com a alteridade – o enunciatário, por exemplo, mas não somente. No entanto, em Bakhtin, ainda, temos um entendimento de sujeito como relacional, dialógico, mas não inconsciente. Ao contrário, ele surge mais como



e de sexualidade a partir de enquadramentos e interpelações prévias não significa o desresponsabilizar das práticas enunciativas, já que cada vivente é responsável pelas atualizações das mesmas, ainda que alienado deste processo.

Em capítulos como “O problema do autor” e “O problema do texto na linguística, na filosofia e em outras ciências humanas”, presentes em *Estética da criação verbal* (2003), chama-se a atenção para o fato importante de que não é só o enunciador que opera seu movimento entre o repetível e o irrepitível, o dado e o novo, o plural e o singular, de maneira posicionada; mas essa é a realidade que corresponde, também, ao sujeito leitor. Sendo assim, da mesma forma que não há enunciado universal, já que contingente e precário – assim como o sujeito que fala –, não há leitura fechada ou definitiva, mas que dialoga com condições muito específicas do cronotopo. Isso é importante, uma vez que corrobora o quanto há de responsabilidade na responsabilidade. Em outros termos, o sujeito sempre participa de forma ativa, respondendo, a outras performatividades de enunciados,⁸ construindo sentidos sobre as realidades; no entanto, estamos longe de um processo ingênuo, já que a cada sujeito que enuncia correspondem atividades viventes que fazem o real ser (des)construído. Logo, a alternância de sujeitos⁹ – alteridades errantes – é que marcam as práticas dialógicas tanto de produção quanto de recepção das atualizações dos enunciados. Assim, a relação ética do sujeito com a linguagem encontra-se na responsabilidade pela interpretação tanto ao enunciar quanto ao ler, ambas práticas que ocorrem em função do enunciado, unidade mínima da comunicação – não da língua – e posição semântica dialogicamente situada.

Nesse sentido, os dizeres e os gestos de leitura sobre os gêneros (sociais) e as sexualidades inserem-se em uma necessária reflexão sobre o funcionamento da língua, que é ética, já que envolve

intencional em suas necessárias relações alteritárias e responsivas. Temos, aqui, portanto, um ponto que achamos ser necessária de reavaliação para concatenarmos o pensamento geral de Bakhtin com o de Butler ou Pêcheux, dado que ambos trazem um sujeito também de estrutura intervalar, relacional, relançado indefinidamente a uma alteridade perdida, “sem lugar”; no entanto, em diálogo com elementos abordados como típicos do sujeito para a psicanálise, notadamente a laciana. Portanto, há elementos teóricos e reflexivos em Bakhtin que muito nos interessam, mas reformulados, relidos por nós por meio dos contatos (im)possíveis com Butler e Pêcheux propostos por nós.

⁸ Vale a pena registrar que, no conjunto das obras de Bakhtin, o enunciado surge como a mínima unidade de comunicação, não comparecendo, necessariamente, enquanto frase, oração ou mesmo em forma verbal. Além disso, ao acreditar que produz enunciados, o sujeito, na verdade, em sua intencionalidade de se dirigir e comunicar ao outro, investe aqueles de valor único, dado que o tempo-espaco de enunciação não se repete (o cronotopo). Portanto, mesmo que o enunciado tenha a aparência de óbvio ou de já existente, na verdade, no instante da enunciação, ele ganha sentido único, elaborado no/por momento específico de interação. Se pensarmos com Butler, tal discussão ganha ainda mais fôlego, se pensarmos na performatividade: em outros termos, o enunciado não existe *a priori*, mas é elaborado no instante em que praticado, produzido, sob um regime de enunciabilidade que lhe é específico.

⁹ Em uma interação – na qual o movimento opera sobre todos os envolvidos, colocando-os à mercê da transformação – o valor ou a norma são um dado concreto da relação necessária do sujeito com um funcionamento da linguagem que lhe escapa, ainda que tome como algo óbvio, evidente.



responsabilidade, e estética, já que dá a ver formas de acontecimento da linguagem. Para falar e fazer existir tais gêneros, é imprescindível o encontro entre passado, pelo resgate de memória,¹⁰ presente, do sujeito que busca se inscrever na cadeia de enunciados já performativizados por outros, e de futuro, uma vez que se trata de prática dirigida sempre a uma miragem de alteridade, exotópica e com sugestão de algo acabado. Nisso, é impossível ao enunciador e ao leitor empreenderem suas atividades sem o recurso a formas razoavelmente estabilizadas de organização dos enunciados, os gêneros discursivos.¹¹ (BAKHTIN, 2003) Estes são entendidos como unidades de organização de enunciados razoavelmente estáveis nos usos da língua dentro das mais diversas atividades humanas. É importante destacar o uso do termo “razoavelmente” porque ele remete a alguns pontos fundamentais: todo gênero discursivo está sujeito à interação verbal, que é única e criada em cada contexto de comunicação; pressupõe a ação dos interlocutores, já que eles participam e modificam os usos possibilitados pelo que está à disposição na língua; inclui a interferência do histórico, do social e do ideológico – ou seja, o contingencial – nas maneiras de se fazer uso e de realizar leitura.

Assim, dentro da arquitetônica teórica bakhtiniana, o conceito de gênero discursivo assume importância capital por colocar em contato e destaque o sujeito e a plasticidade do idioma – bem como dos sentidos, temas (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2004), (re)criados nestes – além da constante relação entre ambos. Assim, o fundamento do dialogismo¹² repercute nessa perspectiva de funcionamento sobre a língua, uma vez que os gêneros discursivos são importantes elementos para tornar possível a comunicação entre os sujeitos envolvidos nesta, mas sem apontar para universalidades de uso,¹³ já que os interlocutores não atuam de fora da ideologia. Portanto, eles, os gêneros discursivos, funcionam

¹⁰ Memória aqui, em Bakhtin, comparece como o conjunto de dizeres já realizados em diferentes momentos e espaços por outros sujeitos. Logo, com significados vários, díspares, mas que, ao sujeito que enuncia, em geral, surgem como óbvios, com “mesmo sentido”, ignorando que, a cada enunciação, corresponde uma nova relação da linguagem com os processos de significação contingenciais – uma vez que o evidente só existe como efeito do imaginário.

¹¹ Pelo que vimos anteriormente, uma série de interações são necessárias para que algo da (im)possibilidade da enunciação exista: com a memória dos enunciados já performativizados por outros; com a imagem criada de si e do outro; com os gêneros discursivos disponíveis em dada situação de comunicação que é imediata mas também situada em um contexto maior, histórico e ideológico. Dessa forma, qualquer sentido não reside em uma estrutura fixa nem na mente de quem fala ou escreve, mas nos movimentos que o sujeito necessariamente deve fazer para que os enunciados – que também não lhe pertencem, já que estão virtualmente na memória discursiva – sejam atualizados em um estilo que não se repetirá, dado que a enunciação acontece inscrita em um cronotopo que não pode ser recuperado. Temos, então, uma língua que funciona operando entre a repetível e o irrepitível, entre o já-dado e o por vir.

¹² O diálogo não se resume a um gênero disponível ao uso dos falantes, mas é a base de funcionamento, de possibilidades de a linguagem existir.

¹³ Simplificando para exemplificar, pensemos no gênero discursivo “carta”. Ele apresenta-se aos sujeitos como marcado por certas características que lhe dão aparência de estabilidade, justamente para não se tornar um “bilhete” ou um “telegrama”, por exemplo. No entanto, sua precariedade necessária faz com que nem todas as “cartas” sejam iguais, mas possíveis por conta da possibilidade de inscrição de individualidades marcadas pela interação específica na qual ela foi produzida.



como uma memória discursiva – já que há, no já realizado diacronicamente, alguns índices de estabilidade que se apresentam à leitura –, mas também abrem espaço à autoria, ao estilo e à atualização da significação em tema (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2004)¹⁴

Os gêneros discursivos, assim considerados, podem ser pensados tanto em função de sua ontogênese quanto de sua filogênese. Do ponto de vista ontogenético, os gêneros discursivos são realizações das interações produzidas na esfera da comunicação verbal; do ponto de vista filogenético, é possível acompanhar a expansão para outras esferas da comunicação realizada graças à dinâmica de outros códigos culturais que constituem em relação à palavra, um ponto de vista extraposto. Nesse sentido, as esferas de uso da linguagem podem ser dialogicamente configuradas em função do sistema de signos que a realizam. (MACHADO, 2014, p. 165)

Nossa proposta, então, é que os gêneros e as sexualidades podem ter seu funcionamento lido como gêneros discursivos, uma vez que apontam para formas razoavelmente estabilizadas nos usos da língua e que servem a algum entendimento mínimo entre os sujeitos. No entanto, estes, uma vez que enunciadores sempre posicionados, extrapolam e recriam os próprios limites difundidos pela ideologia dominante sobre os gêneros sociais e as sexualidades. Com isso, falar sobre estes inclui a necessidade de uso de uma memória discursiva cujos pré-construídos são colocados à disposição do enunciador, que os re/desconstrói em razão das especificidades dos contextos interacionais de enunciação. Além disso, na perspectiva de Bakhtin (2003), a inscrição do sujeito como autor inclui a ideia de estilo como elemento que ajuda a dar individualidade frente às várias repetições que fazem o sujeito emergir na língua:

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com a peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciador é um núcleo problemático de existência excepcional. [...] Todo estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso. Todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva [...] – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante(ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. (BAKHTIN, 2003, p. 265)

¹⁴A partir da discussão feita em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2004), acreditamos que certa aproximação pode ser feita entre a distinção feita entre tema e significação no Círculo de Bakhtin e os procedimentos de paráfrases históricas em Pêcheux (2008a).



Logo, entender que o enunciador, para surgir, necessita da rede de enunciados já existentes e circulantes na memória cultural e social não significa que ele não se inscreve, se individualiza naquilo que performatiza, já que não repete um modelo,¹⁵ mas cria e dá existência a uma realidade (verbal ou não). Por isso, entre uma repetição e outra, há posicionamento e, portanto, responsabilização do sujeito que fala. Nessa perspectiva, os gêneros estão disponíveis às mais diversas performatividades, graças à historicidade do processo – que abarca enunciados, enunciadores e leitores – e ao estilo como dispositivo de inscrição e de leitura. Assim, o estilo não corresponde somente a um traço linguístico, mas a algo da dimensão ética e estética do sujeito respondente à realidade que julga lhe cercar. Dessa forma, criam-se infinitas refrações entre masculinidades e feminilidades já postas à disposição dos usuários da língua. Ainda que algumas expressões sejam hegemonicamente defendidas, abre-se espaço à subversão,¹⁶ à paródia, à carnavalização, tão importantes, segundo Butler (2010) e Bakhtin (1987), para que os valores entrem em circulação e ressignificação.

O estilo – uma vez que índice de posicionamento – elaborado dialogicamente pelo sujeito enunciatador torna-se elemento fundamental na recepção dos gêneros (sociais) e das sexualidades como discursivos. Quanto menos presos à padronização – normatização, regulação –, mais estes podem abrir-se favoravelmente ao estilo, à individualidade contingente, dado que precisam estar sempre em transição, em movimento, para que outras formas de hierarquia não se instalem. Diante disso, toda individualidade é histórica e ideológica na ação do sujeito na linguagem, de forma a consolidar-se como elemento importante na circulação dos gêneros e em suas possibilidades de atuar na significação e performatividade das realidades.

Além disso, na perspectiva de Bakhtin, todo texto é povoado por vozes sociais, as quais recuperam valores e posicionamentos já presentes na memória social e discursiva, e cujas existências são necessárias para qualquer criação de realidades na língua. Em outros termos, para cada posição existente, é necessário, no mínimo, algum valor que, de certa forma, lhe faça alguma oposição e, pelo processo de produção de diferenças e alteridade, o sentido surja. Relembrando isso, nos aproximamos do conceito de polifonia elaborado por Bakhtin (1997), que se refere à maneira de cada enunciador se relacionar com as vozes sociais que, necessariamente, ecoam e povoam sua enunciação e

¹⁵ Nesse sentido, então, memória não se refere a uma “realidade interna/subjetiva”, mas ao conjunto de enunciados já performativizados, já enunciados, em uma sociedade, por exemplo, sendo de funcionamento interacional, já que só “fazem algum sentido” em relação a uma alteridade, não “em si” nem *a priori*.

¹⁶ Justamente porque não há representação como cópia de um modelo que já existe e de ser reproduzido; mas, diferentemente, há execução de uma realidade que, por sua vez, não é realizada, performativizada, em um “grau zero”, mas de forma posicionada e sujeita a regulações.



consequente processo de textualização. Dessa maneira, é fato a arquitetura de vozes que habita as práticas performativas do enunciador; no entanto, ela pode ser dissimulada – discurso monológico – ou explicitada de forma a manter a isonomia entre as diferentes posições que se alternam entre os sujeitos – discurso polifônico.

Para exemplificar tal prática, Bakhtin, como sabemos, fixa-se nos exemplos literários – o mais famoso é o do romance de Dostoievski – uma vez que acredita ser a ficção o que mais amplamente consegue performativizar complexidades de funcionamento do homem moderno. Por extensão, pensamos o quanto esse conceito, o de polifonia, pode ser útil na análise dos gêneros (sociais) e das sexualidades, uma vez que, para a enunciação e performativização destes, é necessário “fazer existir” ressignificado o conjunto de vozes que já expressaram algo sobre eles, bem como a antecipação das vozes que responderão ao processo de performatividade em andamento, dado que o enunciador, necessariamente, conta com a participação de seu interlocutor na comunicação.¹⁷

Dessa forma, as maneiras de se fazer funcionar os gêneros (sociais) e as sexualidades enquanto gêneros discursivos muito se relaciona com a forma como cada enunciador posicionar-se-á diante das múltiplas e diferentes vozes com que precisa lidar para enunciar, fazer uma realidade surgir e atuar. A partir disso, percebemos os discursos, procedimentos de textualização, nos quais se pretende instituir uma relação de autoridade com o outro, impondo efeitos de universalização de saberes, e aqueles em que se busca o efeito contrário, no qual o instável e o precário são somados à performatividade dos gêneros, justamente para enfatizar seu aspecto sempre contingente, único e interacional. Ou seja, sendo impossível escapar às vozes nas quais somos inseridos, cabe ao sujeito enunciador, ainda que não perceba, a responsabilidade sobre como as atualizar e performativizar como nova e outra realidade, gerando como efeitos a criação e a circulação de valores.

2. Pensando com Pêcheux

Assim como no caso de Bakhtin, recuperar Pêcheux é uma tarefa hercúlea. Por isso e por respeito ao trabalho por ele legado, é fundamental que façamos um recorte mediante as intenções

¹⁷ Em outras palavras, somente movido por uma imagem acabada de si – que toma como um outro, um terceiro da enunciação – o sujeito consegue dizer, usando de uma língua cujas regras de funcionamento são sempre já dadas, em um cronotopo – uma situabilidade marcada pelas relações entre tempo histórico e espaço social – não criado por ele também. Logo, a alteridade não é um elemento com que o sujeito trava contato para dizer, mas uma dimensão que lhe constitui, já que “ser eu também é ser um outro”, de forma que isso marca sua percepção da realidade e as possibilidades de a performativizar, também a um outro.



deste nosso escrito. Primeiramente, ao desejarmos um gesto de leitura em que efetuamos analogias entre ambos os pensadores citados e mais a filósofa estadunidense, intentamos dois cuidados especiais: respeitar as especificidades epistemológicas de cada um e, acima de tudo, verificar quais elementos percebidos por nós podem fazer funcionar possíveis modos de se ler os gêneros em uma perspectiva da prática discursiva que atua nas textualizações.

Dessa forma, buscamos chamar a atenção para algumas necessárias distinções com relação à arquitetônica bakhtiniana. No que tange ao sujeito,¹⁸ em Pêcheux (1988a; 1997), temos uma fundamentação na qual aquele comparece sempre como clivado, cindido, uma vez que marcado por determinações que lhe escapam, sofrendo os efeitos da interpelação e do inconsciente. Sendo assim, ao sujeito resta sempre a ilusão de dizer sob a ação dos esquecimentos que lhe suportam: o de que não é origem de sua enunciação e nem livre para a realizar como quer. Isso, por consequência, afeta as considerações possíveis sobre o sentido:

A evidência da identidade não deixa ver que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito. A essa contradição sofrida (o sujeito já é sempre sujeito) responde a contradição ‘apreendida’ e ‘exibida’ que se apresenta como um sintoma da contradição inerente, da discrepância entre um já-la pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’ e o que apresenta como origem espontânea de si. E é isto que faz com, na análise do discurso, tratemos o próprio (do) sujeito, na filiação lacaniana, como um processo significante [...]. Ou, na versão discursiva althusseriana: um processo que funciona pela contradição em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e que faz com que como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ORLANDI, 1999, p. 18)

Pêcheux, em forte diálogo com Althusser (1987), portanto, empreende um entendimento sobre

¹⁸ O sujeito, em Pêcheux (1988a; 1988b), é produzido por efeito de contradição. Afirmamos isso porque ele é constituído em função de dois esquecimentos: o primeiro, em que o sujeito ignora não poder ser a fonte de seu próprio dizer; o segundo, no qual o sujeito acredita dominar a escolha do que diz, como se não houvesse outras possibilidades – o não dito que afeta e intervém na significação do dito. Para além disso, trata-se de um sujeito marcado pela materialidade linguística e histórica, de forma que suas enunciações só têm sentido a partir de posições bem determinadas em relação a um imaginário do que deva ser o Sujeito Universal de Direitos e a um interdiscurso – a memória discursiva, que remete não a um trabalho individual e psíquico, mas ao que sustenta os dizeres como se fossem evidentes e existentes em outro lugar. Nessa perspectiva, os dizeres são paráfrases e polissemias, deslocamentos metafóricos e metonímicos, de forma que o sentido desliza à revelia do próprio enunciador. Temos, então, um sujeito interpelado, cindido, relacional perante o movimento dos sentidos na historicidade: sujeito assujeitado de forma a não haver essência, mas movimento que faz haver os ditos contingencialmente.



o sujeito (do discurso) em uma concatenação da ideologia com o inconsciente; o que, em relação a Bakhtin, constitui uma diferença fundamental, mas, por outro lado, uma aproximação com Butler. Ou seja, justamente porque fala de uma posição que lhe escapa e que atua sobre ele, o sujeito faz com que os sentidos deslizem e escapem ao controle, à unidade, à estabilidade, ainda que seja esta a miragem que muitos descortinem. No que tange aos gêneros e às sexualidades, isso nos parece de muito importância, uma vez que, mesmo quando há repetição de evidências sobre, por exemplo, masculinidades e feminilidades na formação discursiva hegemônica, trata-se de um procedimento cujo funcionamento e deslocamento dos sentidos não pode ser plenamente dominado. Tal realidade se dá, inclusive, porque não existe identificação plena entre sujeito e ideologia (PÊCHEUX, 1988b), sempre havendo aberturas para a falha, constitutiva do simbólico, e para o equívoco, expressão da falha da língua na história, o que é fato de discurso (ORLANDI, 1999, p. 19):

Como sabemos, a formação discursiva – lugar provisório da metáfora – representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela, o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação. A ordem da língua e da história, em sua articulação e funcionamento, constituem a ordem do discurso. (ORLANDI, 1999, p. 19)

Assim, um dos índices importantes para legibilidade dos gêneros e das sexualidades é o fato de que eles poderiam ser sempre outros, enunciados – e performativizados – de outras formas. Com isso, as condições de produção escapam ao enunciador, cuja assunção em sujeito deu-se às custas de uma determinação histórica e ideológica que atribui valores, e não só conteúdo, às possibilidades de enunciação e textualização. Assim, os gêneros são acontecimentos no simbólico que afetam os sujeitos. Sem isso, não há sentidos. Pela atuação do ideológico, o qual se inscreve por meio do discurso na língua, os gêneros funcionam pela via da contradição. Logo, a descontinuidade marca o processo discursivo que permite a eles existirem enquanto realidade apreendida e que afeta os sujeitos.

Além disso, o funcionamento dos gêneros dá-se em um outro lugar que não o sujeito e que não a enunciação em seu efeito de presença, mas em uma ausência perdida, já que tal interpelação, seu momento exato de ocorrência sobre o indivíduo, não pode ser recuperado. Se o sujeito é, desde sempre, sujeito, por extensão: o feminino é, desde sempre, feminino, por exemplo. Em outros termos, falar em algum gênero consiste na ilusão de recuperar algo do já-dito alhures e que marca e afeta – pela ausência, pela falta – a estrutura do sujeito, tanto que ele enuncia em uma relação entre discursividade, subjetividade e descontinuidade. Logo, o gênero e a sexualidade – enquanto



construídos continuamente na enunciação – surgem como performatividade, uma vez que, imaginariamente, apresentam-se como óbvios, evidentes a serem retomados e repetidos. No entanto, enunciar e performativizar não são sinônimos de simplesmente repetir; mas se trata de movimento de impressão constante de diferença, já que, na língua, a falha subsiste, dado que não há retomada transparente de modelos ideais, mas recriação a cada instante que algo do gênero ou da sexualidade parece emergir nos enunciados.

Só se pode fazer referência a qualquer gênero como Um, algo fechado e claro, enquanto efeito ideológico que se expressa na língua e no sujeito, o qual não é livre, a não ser sob a miragem de cidadão de direitos e deveres, o sujeito jurídico diante do Estado.¹⁹ (LAGAZZI, 1988) Então, é de tal posição de necessária alienação²⁰ que a enunciação sobre os gêneros e as sexualidades vai funcionar. No entanto, chegados a esse ponto, cabe nos perguntarmos de que maneira isso afeta as tentativas de atualização discursiva que buscam, justamente, questionar a forma-sujeito inscrita na formação discursiva hegemônica e se é possível, de fato, a subversão.

Afirmarmos a opacidade do sentido e espessura da língua não significa dizer que não haja algum espaço para a resistência. Ao contrário, ela ocorre, inclusive para, em alguns momentos, consolidar o poder hegemônico. Não podemos nos esquecer, segundo Pêcheux (1988a), o quanto a luta de classes se faz presente nas provisoriedades do sentido: por isso, dizemos que este é sempre precário. Concatenando com Butler (2015a), a precariedade do sujeito sustenta a própria existência dele no que diz respeito à linguagem, já que sua visão como entidade centrada é uma ilusão necessária para que fale e não se dilua no caldeirão de discursos, mantendo algo que resiste por uma identificação que nunca é plena. Além disso, a mesma língua proporciona e faz funcionar condições precárias, as quais operam procedimentos de hegemonia, mas também de silenciamento entre os sujeitos que enunciam e que são representados nos discursos. Com isso, desdobra-se uma perspectiva sobre os gêneros, por exemplo, não enquanto uma ontologia, mas introduzindo o histórico e o político por

¹⁹ Essa é a definição de forma-sujeito, portanto, na análise discursiva de Pêcheux. Como está, também, em: “A expressão “forma-sujeito” é introduzida por L. Althusser (“Resposta a John Lewis” [...]): “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.” (PÊCHEUX, 1988a, p. 150, grifos do autor)

²⁰ Butler (2017) explora bem também tal contradição constitutiva do sujeito – marcado pelos efeitos metafóricos da linguagem sobre ele – que só é possível de aparecer mediante a uma sujeição. De forma que não há “simplesmente sujeito”, mas “sujeito a”, permanecendo o complemento, aqui, permanentemente adiado. Portanto, há, novamente, aproximação entre a proposição de Butler sobre o sujeito com a de Pêcheux, de forma que este, por seu turno, vai aproximar suas considerações mais fortemente da linguística, de forma a elaborar possibilidades de análise das textualidades que não as pautadas no conteúdo, mas no discursivo.



meio da análise das práticas de uso da língua nas formações ideológicas e discursivas.²¹

Somando isso a Althusser (1999), a expressão do político – outra diferença teórica marcante em relação a Bakhtin – pode ser vislumbrada por meio dos movimentos que o sujeito executa a partir de um centro que a ideologia institui, a do Sujeito Absoluto, responsável por todos interpelar. No que toca os gêneros e as sexualidades, não poderia ser diferente, uma vez que é muito difícil, mesmo quando analisamos e lemos possíveis movimentos de subversão, prescindir de algo que sustente o dizer – como se fosse possível enunciar algo completamente novo, a partir “do zero” –, o que nos leva a pensar o quanto é difícil, então, não haver assujeitamento. Talvez, seja mais eficiente pensarmos em movimentos e funcionamentos que problematizam a interpelação e a subversão à relação especular dos gêneros frente à Ideologia²² que submete todos os sujeitos, mesmo os mais críticos, ao Sujeito. É difícil – para não dizer impossível²³ – um movimento de subversão de total não identificação, até porque não há nada externo à ideologia. (PÊCHEUX, 1997) Com o sujeito submetendo-se ao Sujeito, efeitos de autonomia são criados, e a forma-sujeito é replicada, reproduzida, fornecendo “realidades” – ainda que de contestação – sobre os gêneros que atuam na recepção e leitura dos corpos: uma imaginária transparência da realidade, como se não houvesse um interdiscurso no qual se dá a subjetivação.²⁴

²¹ Em outros termos, o discurso (PÊCHEUX, 1988) é o local em que o sujeito performatiza – lendo com Butler – a realidade dentro de uma relação – ou seja, não há centro, mas relacionamento com uma alteridade que se acredita absoluta. Uma, centrada em si mesma, evidente – com as determinações históricas, constituindo as condições de produção material de sua existência. Esta, então, por sua vez, não é instância transcendental, a-histórica, universal, “para além do sujeito”. Portanto, o discurso – como objeto teórico – é fundamento da reflexão que entende a relação material entre inconsciente e ideologia pela linguagem, suporte simbólico dos mecanismos imaginários. Cria-se, assim, a ilusão referencial entre sujeito e realidade(s), inclusive de sua identidade: o real da língua e da história; logo, é irrepresentável que resiste, atua e deixa rastros no simbólico, por meio da falha e do equívoco, contradições essenciais para que o indivíduo emergja como sujeito na linguagem e possa falar.

²² O maiúsculo em “Ideologia” refere-se ao centro que o “Sujeito Absoluto” ocupa nos processos de identificação dos sujeitos. Algo interessante também a se pensar quando provocados por Butler, uma vez que podemos associar isso à compulsão que regular os corpos e os enunciados de forma a comparecerem aos sujeitos como estáveis e possíveis, mas somente como mediante a um ideal a ser copiar, negando que, a cada enunciação, emerge uma realidade (re)valorada em relação diferencial com a alteridade. Vale lembrar que, em Análise de Discurso desenvolvida via Pêcheux, o uso de maiúsculo/minúscula nos pares “Ideologia/ideologia” e “Sujeito/sujeito” é realizado para diferenciar a Teoria Geral da Ideologia (e, logo, do Sujeito Absoluto) – que possui, por exemplo, sua exposição em Althusser (1987) – das teorizações que tomem ideologias e posições-sujeitos específicos, desdobramento da Teoria Geral.

²³ Aqui, provocamos uma rápida reflexão com Derrida. A impossibilidade apontada, para além de uma atitude niilista, pode inspirar importantes ações de resistência, já que abre espaço para práticas políticas que não podem ser interrompidas. O impossível, então, deve ser deslocado para um contexto outro de entendimento, no qual o que (r)existe é um infinito por vir, horizonte em que os limites estão sendo sempre reorganizados e desconstruídos. Assim, o mesmo podemos pensar sobre as formações discursivas porque a resistência pode proporcionar hiências interessantes entre sujeito e Sujeito e entre atualizações discursivas. Se o que há à frente é impossibilidade, não se coloca somente a limitação como problema, mas o infinito como condição outra de atividade política dos viventes: talvez, mais uma chance de “rima, não seria uma solução”.

²⁴ Aqui, então, a subjetivação corresponde a um processo que se dá de forma que o imaginário de que existe um já-dito em outro lugar constitui e dá forma aos dizeres, a performatividades, sob a ilusão de o óbvio sobre os gêneros e as



Tal identificação, portanto, traduz-se materialmente na língua, de maneira que o sujeito do discurso pode ser diferenciado mediante o seu funcionamento subjetivo em relação à ideologia. Em outros termos, no espaço entre o sujeito que enuncia (individual) e o universal (da ideologia), abrem-se três modalidades de movimento, de hiância, que, pelo seu caráter de precariedade e de ausência de estabilidade, se transformam continuamente.²⁵

A primeira modalidade de funcionamento subjetivo dá-se sob a forma da identificação, no qual se processa uma tentativa mais completa de recobrimento entre o sujeito da enunciação e o universal, configurando aquilo que Pêcheux (1998a) denominou discurso do “bom sujeito”, uma vez que ocorreria reprodução “total”²⁶ da forma-sujeito. Nesse caso, então, os gêneros e as sexualidades, em seu procedimento de enunciação, devem ser compreendidos como um movimento de busca por reconhecimento segundo os termos e condições da formação ideológica dominante. Com isso, um dos efeitos buscados e causados é de ausência da dúvida sobre o posicionamento que o sujeito assume, como se ele fosse fechado, inteiro, Um, contínuo. Abre-se espaço, logo, à reprodução “total” da forma-sujeito e das condições de produção desta. No entanto, como sinalizam Beck e Esteves (2012, p. 142):

Não seria mais eficaz, no funcionamento ideológico, a manutenção de uma hiância entre sujeitos e Sujeito? Um hiato que faça com que o sujeito persista na tentativa indefinida de, em algum suposto momento vindouro, se espelhar no Sujeito, decalcando-o materialmente? [...] Os pequenos sujeitos não podem jamais alcançar a plenitude do Sujeito [...].

No que tange aos gêneros e às sexualidades, pensar em identificação como possibilidade de subjetivação implica em não se perder de vista a perspectiva do movimento, justamente para que o desejo de o sujeito almejar a imagem, a “representação do outro” não cesse. Em outros termos, o estabelecimento de uma falta no simbólico, projetado do imaginário, é fundamental para que não haja ideia de plenitude e sempre se coloque uma subordinação frente ao Outro, Sujeito Universal, que convoca a uma atualização específica de discursos e, claro, de valores que serão partilhados em certa sociedade. Por contradição necessária, dado o equívoco inerente ao mergulho da língua na história, não podemos, então, entender que haja masculinidades completas, nem feminilidades,

sexualidades já existe “antes de eu nascer”, portanto, só resta reproduzir, representar, copiar, mimetizar. Quando, na verdade, escapa ao mesmo sujeito, com frequência, o quão precário é este processo já que depende de sempre ser repetido, de as realidades sempre serem criadas “novamente”. No entanto, a cada performatividade, há a possibilidade de o inesperado regressar, surgir e gerar efeitos em corpos e sujeitos, intervindo na historicidade.

²⁵ A partir daqui, chamamos a atenção para a especial possibilidade de leitura “com” Butler que se torna (im)possível.

²⁶ Suspendemos o termo entre aspas porque, como vimos, o entendimento sobre “total”, aqui, deve se dar de forma relativa, uma vez que nunca é completo, dada a existência do inconsciente. Trata-se de uma conclusão a que o próprio Pêcheux (1988b) chega no Anexo 3 de *Semântica e discurso*.



transexualidades etc. Há, claro, um efeito atuando sobre a estrutura dos sujeitos que, para enunciar, identificam-se sob uma imagem de completude e certeza sobre “seu” – que é sempre do Outro²⁷ – gênero; mas tal prática, discursivamente, opera pela falha no simbólico, já que a repetição se coloca como obrigatoriedade a fim de certo posicionamento na formação discursiva se firmar e afetar.

Assim, mesmo quando pensamos em identificação, ela é plural porque os sujeitos deslizam, assim como os sentidos que se (re/des)constroem, tanto no momento da enunciação, quanto no da leitura, já que não há simetria entre tais instâncias. Mesmo as textualizações sobre gêneros e sexualidades, em que se verifica um forte agenciamento das relações sintagmáticas para sentidos que se almejam como óbvios funcionam tendo como fundamento o tropeço esquecido. Por isso, parafraseando Pêcheux no tocante às relações entre língua e ideologia, há e não há comunicação, outra diferença importante em relação a Bakhtin, o que parece mais “focado” em um suposto sujeito intencional frente à interação. O que se coloca à disposição dos sujeitos é sempre uma identificação de gênero problemática: daí, a coerência de *Problemas de gênero* em Butler (2010), em que “o assujeitamento persiste, agora, camuflado de Homem ‘livre e autônomo’ sem a (des)necessária tutela divina – desmantelada pelo Homem, esta forma-sujeito de H maiúsculo”. (BECK; ESTEVES, 2012, p. 145) É o (des)encontro lírico – em que estético e político na construção discursiva da personagem Luiza e de sua performatividade de feminilidade, inspirada pela ausência do encontro dissimulada na enunciação das “sentimentalidades” recebidas – que podemos flagrar no famoso trecho de *O primo Basílio*:

E Luíza tinha suspirado, tinha beijado o papel devotamente! Era a primeira vez que lhe escreviam aquelas sentimentalidades, e o seu orgulho dilatava-se ao calor amoroso que saía delas, como um corpo ressequido que se estira num banho tépido; sentia um acréscimo de estima por si mesma, e parecia-lhe que entrava enfim numa existência superiormente interessante, onde cada hora tinha o seu encanto diferente, cada passo condizia a um êxtase, e a alma se cobria de um luxo radioso de sensações! (QUEIRÓS, 2001, p. 226)

A segunda modalidade de funcionamento subjetivo com a qual podemos pensar também os gêneros é a do discurso do “mau sujeito”. Nesse caso, o sujeito da enunciação volta-se contra o Universal, tomando um posicionamento de crítica, revolta, questionamento. No entanto, não se cria espaço para a dúvida, já que a ruptura entre Sujeito e sujeito não ocorre. O que se dá, na verdade, é a

²⁷Mais uma vez, o uso de maiúscula ou minúscula em outro/Outro implica diferenciações teóricas e epistemológicas. De forma rápida, o Outro que aqui trazemos alude à grande alteridade responsável pelos processos identificatórios do sujeito segundo a psicanálise lacaniana (a qual traz, ainda, a diferenciação entre, pelo menos, cinco formas de funcionamento do outro), sendo a alteridade radical que permite o sujeito emergir na linguagem; de maneira que não se confunde com o outro enquanto semelhante na vivência social, próximo.



abertura de frechas, espaços, rupturas não dominantes na formação discursiva. (PÊCHEUX, 1988a) As atualizações discursivas sobre os gêneros, dessa feita, não operam pela perspectiva da discordância completa, mas por um deslocamento que se faz ler perceptivelmente, criando certa lacuna, distância que podemos entender como falsa ou incompleta diante da Ideologia. Isso quer dizer que não há transformação das condições materiais de vida e que a ideologia hegemônica pode se fortalecer, à medida que a ausência de apologia incondicional às incoerências vislumbradas pelo sujeito enunciator traduz-se como certo pendor “realista”, no qual se elabora uma crítica, mas corroborando, por outro lado, que não há o que se fazer, não existindo saída para tal condição.

Com isso, o aspecto político de tal modalidade – chamada contra identificação (PÊCHEUX, 1988a) – deve ser lido como incapacidade de ultrapassar os efeitos de obviedade projetados no simbólico e no imaginário pela formação ideológica que subordina e interpela os sujeitos em sua construção de gêneros e sexualidades. Aqui, então, abre-se um importante espaço para lermos certas manifestações que são postas em circulação sobre os “problemas de gêneros”, mas cujo potencial de transformação nas práticas viventes – mediadas pelas atualizações discursivas – é muito limitado, servindo muito mais à confirmação de certo caráter demiúrgico da Ideologia, de certa esperança ingênua, alimentando a inação, como um movimento que se repete sem achar “escape”, como dado a ler no poema “Áporo”, de Carlos Drummond de Andrade: “Um inseto cava / cava sem alarme / perfurando a terra / sem achar escape. / Que fazer, exausto, / em país bloqueado, / enlace de noite / raiz e minério?” Uma dúvida amarga que se coloca, porque, na verdade, é uma certeza que se dissimula por certo ar de crítica às representações de gênero e sexualidade. Tal leitura, inclusive, pode ser aproximada à melancolia descrita por Freud (2010a), em que a perda de objeto instaura uma relação de não elaboração; por analogia, um gênero melancólico.

Por fim, a desidentificação seria a modalidade que não recua diante das evidências da Ideologia, podendo ser entendido como uma prática política transformadora, já que faz funcionar maneiras de re/desconstruir os efeitos de obviedade, como se fosse uma interpelação ao contrário. Trata-se, então, de resistências ao assujeitamento. Não podemos nos esquecer de que tais aberturas são provisórias e sempre podem sofrer retrocessos. Além disso, tais resistências e fronteiras entre rupturas e já-ditos nem sempre são claras. Por isso, entendemos que, nas performatividades de gênero e sexualidades, a desidentificação se faz mais eficiente enquanto prática de ambiguidades, em que o sentido se torna, explicitamente, indecível, podendo fazer sujeitos permanecer no cruzamento de significações que não se resolvem, dinâmicas, afrouxando relações de força e de dominação:



Ou seja, o bom sujeito mantém-se identificado ao Sujeito, mas também resiste a Ele; o mau sujeito se contraidentifica ao Sujeito e, por isso mesmo, se revolta contra Ele; e o feio sujeito se desidentificaria e, por conseguinte, teria condições de subverter suas coordenadas ideológicas de revolucionar as relações de forças. (BECK; ESTEVES, 2012, p. 152)

Sendo assim, a desidentificação funcionaria de maneira diferente da ideologia hegemônica por meio de uma desautomatização do uso da língua, que, na prática de atualização discursiva, acaba possibilitando uma disseminação de sentidos, de forma a repercutir em interpretações diversas a partir da manipulação do simbólico enquanto material no qual o imaginário se escreve e inscreve. Dessa forma, certos usos da linguagem acabam desenvolvendo grande eficácia subversiva na performatividade de gêneros e sexualidades ao permitir, de forma explícita, que uma enunciação exponha seu duplo inquietante (FREUD, 2010b), seu estranho familiar – para fazermos uma outra analogia freudiana –, esquecido. Ou seja, um horror, um incômodo expõe a contradição própria de todo real, como o do gênero, uma vez que de espessura histórica que marca a opacidade do sentido.²⁸

Um exemplo seria a letra da canção interpretada por MC Linn da Quebrada, “Serei A”. Já no título, uma cacofonia recupera diversas memórias discursivas²⁹ sobre certo reconhecimento pessoal – o sujeito desejar torna-se “A” – e um ser mitológico, a sereia. Tal ambiguidade indecível – com “cara” de ato falho que expõe fragilidade e potência, concomitante e paradoxalmente, da língua – fica ainda mais forte quando ocorre a leitura do restante do texto, cuja temática ampla remete às expressões de gênero por um sujeito identificado ao de experiência trans: “Serei a do asfalto / Rainha do luar / Entrega o seu corpo / Somente a quem possa carregar [...] / E, onde (*h*)á-mar, *transbordar* / Em água salgada lavar / *E me levar* / *Livre*, me love, me luta / Mas não se esqueça / Levante a cabeça / Aconteça o que aconteça / Continue a navegar / Continue a navegar / Continue a travecar / *Continue*

²⁸A importância do conceito de desidentificação em Pêcheux, no que diz respeito aos gêneros, pode ser discutida em diálogo com as ideias de Monique Wittig (1980), quando ela propõe a necessidade de se discutir em que termos e linguagem a discussão sobre gêneros e sexualidades ocorre. Caso contrário, se este primeiro momento de estudo não for bem e claramente estabelecido, corre-se o risco de continuarmos realizando uma discussão a partir da matriz heterossexual de designação e de representação. Assim, pensar em subversão é um processo que se inicia com a problematização da linguagem em que a discussão se dá e a performatividade acontece.

²⁹Segundo Pêcheux (1999, p. 52), “A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” O que complementamos com Ferreira (2001, p.): “A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos [...]. Courtine e Haroche [...] afirmam que a linguagem e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico. Orlandi [...] diz que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos”.



a atravessar / Continue a travecar”³⁰ (grifos nossos). Nesse pequeno excerto, o procedimento de textualização, tornado possível graças ao posicionamento – político e estético – da enunciação, elabora outras escolhas que projetam efeitos do paradigma sobre a cadeia sintagmática, de forma a colocar em relevo certos incômodos do sentido que não estanca. Mais exemplos disso são: a cacofonia em “(h)á-mar”; a ambiguidade em “em me levar / livre”, no qual – levando-se em conta certa variação mais popular do registro linguístico de uso do qual a enunciação faz uso – “livre” realiza-se como efeito adjetivo ou adverbial, de forma que tanto o sujeito quanto o ato podem sofrer a qualificação da liberdade, ou, melhor ainda, ambos.

3. Um final (im)possível

Nosso gesto de leitura não consiste em estabelecer práticas que consideramos “certas” ao estudo dos gêneros e das sexualidades, mas de pensar formas de refletir – e, por que não, refratar – leituras sobre eles, levando em conta que se realizam na língua e, portanto, nela é que devem ser procuradas formas de análise e leitura mais consistentes. Ou seja, nossa preocupação maior foi encontrar caminhos nos estudos do processo de textualização dos gêneros e das sexualidades a partir de dois autores que trazem um posicionamento epistemológico de estudo que não se limite ao linguístico, mas empreende um diálogo deste com outros fundamentos de existência e funcionamento de realidades que nascem a partir da consideração da enunciação – para, através desta, pensar conexões e problemas com a performatividade.

Pelo contato com as ideias que, aqui, por simplificação, remetemos a Bakhtin, torna-se fundamental, ao nosso olhar, os conceitos de gêneros discursivos – o que, como vimos, no pensamento de Bakhtin, surge como conceito próprio e específico –, principalmente, que podem ficar ainda mais interessantes se operarmos leituras nas quais reconsideremos o sujeito bakhtiniano em analogia ao pêcheuxtiano. Por fim, na perspectiva de Pêcheux, um dos elementos que consideramos mais profícuos para o estudo dos funcionamentos dos gêneros e das sexualidades enquanto prática de língua encontram-se nas modalidades de subjetivação à luz da ação e dos efeitos da ideologia e da histórica.

A filosofia de Butler – principalmente o que diz respeito à performatividade³¹ – é

³⁰ Ver em <http://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/serei-a/>.

³¹ Segundo Butler (2010, p.154-156), “a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os discursos que ele nomeia. [...] as normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”.



assumidamente antirrepresentacional, incluindo a subversão de todos os binarismos e estabilidades como elementos indispensáveis ao funcionamento da língua. Bakhtin e Pêcheux, de modos diferentes, também constroem uma outra perspectiva sobre as práticas de linguagem. Bakhtin o faz, acima de tudo, pelo viés da interação e do dialogismo situados, como possibilidades do dizer surgir a partir de um sujeito orientado intencionalmente ao outro e à comunicação. Para Pêcheux, também não é possível pensar em representação (como cópia), dado que a língua não se funda sobre uma transparência, mas é espessa por conta da materialidade histórica. Dessa forma, as enunciações não se dão como “retomada” de enunciados já-ditos simplesmente: isso significaria que há uma realidade a priori que pode ser retomada diretamente. Logo, o que há são acontecimentos sobre a língua, em que o sujeito age sobre o simbólico – determinado por identificações imaginárias –, fazendo miragens de realidades existirem não como pura presença, mas mais como adiamento de definição, de certezas, de referência óbvia. Por isso, em função de trazerem uma perspectiva problematizadora de qualquer ideia simplista de representação, acreditamos que eles podem contribuir muito quando postos em contato com Butler, fazendo teorias e pensamentos avançarem e retroagirem, intervalares. Revendo e recriando conceitos e propostas de funcionamento, podemos aproximar as teorias sobre gênero e sexualidade de análises discursivas.

Dessa forma, dirigimos esta “longa carta” a um “interlocutor invisível” que, pelo diálogo inevitável e imprescindível a todo procedimento vivente, a “paixão” enquanto afeto e possibilidade de subjetivação, seja caminho para outras leituras cuja problematização crie coligações, na esteira do proposto por Butler (2015a), como estratégia de reenquadramento de vidas e mortes.

Referências

- ALCOFORADO, M. *Cartas portuguesas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.
- ANDRADE, C. D. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANDRADE, C. D. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BARRENO, M. I.; HORTA, M. T.; COSTA, M. V. et al. *Novas cartas portuguesas*. 2. ed. Lisboa: Futura, 1978.
- BIZIAK, J. S. O gênero sexual como cárcere e como liberdade: a garota dinamarquesa, de David Ebershoff, na perspectiva do performativo e da alternância de sujeitos. *Periódicus*, Salvador, v. 1, p. 327-339, 2017.



- BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M.; VOLOSHINO, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.
- BECK, M.; ESTEVES, P. O sujeito e seus modos: identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. *Leitura*, Maceió, v. 2, p. 135-162, 2012.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015b.
- BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- FERREIRA, M. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.
- FREUD, S. Luto e melancolia. In: FREUD, S. *Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 170-194. v. 12.
- FREUD, S. O inquietante. In: FREUD, S. *Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 328-376. v.14.
- GRIGOLETTO, E. O movimento de desidentificação do sujeito: uma reflexão a partir de 'Semântica e Discurso'. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO. 1., 2003, Porto Alegre. *Anais*: [...]. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 61-67.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- LIMA, L. C. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2014. p.151-166.
- ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos*, Campinas, n. 4, p. 17 - 27, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Pontes, 1988a.
- PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988b. p.293-304.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 61- 151.
- PÊCHEUX, M. "Papel da memória". In: ACHARD, P.(org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, p. 49-57, 1999.
- QUEIRÓS, E. *O primo Basílio*. São Paulo: Ateliê, 2001.
- SAFATLE, V. Posfácio – Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento com Judith Butler. In: BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 173- 196.
- SOBRAL, A. Ético e estético na vida, na arte e na pesquisa em ciências humanas. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2014. p.11-36.
- WITTIG, M. *O pensamento hétero*. Boston: Beacon, 1980. Disponível em: http://www.geocities.com/girl_ilga/documentos.htm. Acesso em: abr. 2002.

